

Termo	Abreviatura/ acrónimo	Definição simplificada	Definição completa
Absorção		Medida, frequentemente expressa em percentagem, em que os fundos da UE atribuídos aos Estados-Membros foram gastos em projetos elegíveis.	Proporção de subvenções concedidas pela UE que foi de facto paga a um beneficiário ou grupo de beneficiários e que a Comissão aceitou como tendo sido despendida em conformidade com as condições e regras associadas a essas subvenções. Pode ser expressa em percentagem das despesas da UE previstas e pode referir-se a um ano ou a todo o período de programação.
Acordo de parceria		Acordo entre a Comissão e um Estado-Membro ou país terceiro no âmbito de um programa de despesas da UE.	Acordo entre a Comissão e um Estado-Membro ou país terceiro no âmbito de um programa de despesas da UE que define, por exemplo, os planos estratégicos, as prioridades de investimento ou os termos de troca ou da prestação de ajuda ao desenvolvimento.
Ajudas diretas/pagamentos diretos		Pagamentos de apoio agrícola, tais como ajudas "superfície", realizados diretamente aos agricultores.	
Amostragem estatística representativa		Aplicação de técnicas estatísticas para criar uma amostra que reflete as características da população a partir da qual é constituída.	Aplicação de técnicas estatísticas para criar uma amostra que reflete as características da população a partir da qual é constituída, utilizada em auditoria como base para testes às

			operações de modo a retirar conclusões de auditoria de forma eficiente.
Amostragem por unidades monetárias	MUS	Método de amostragem estatística em que a probabilidade de uma determinada operação ser selecionada é proporcional à sua dimensão.	Método eficiente de amostragem estatística, utilizado nos testes de auditoria, em que cada unidade monetária (por exemplo, cada euro) tem a mesma probabilidade de ser escolhida e, por conseguinte, a probabilidade de uma determinada operação ser selecionada é proporcional à sua dimensão.
Anulação de autorização		Cancelamento pela Comissão de toda ou parte de uma autorização não utilizada.	Cancelamento pela Comissão de toda ou parte de uma autorização não utilizada. A anulação de autorização é automática após um determinado período de tempo, geralmente de dois ou três anos.
Apoio associado		Pagamentos da UE aos agricultores pela produção de um produto específico.	
Apoio dissociado (ao rendimento)		Pagamentos da UE aos agricultores que não estão ligados à produção de um produto específico.	
Apoio orçamental		Transferência direta de ajuda da UE para o tesouro público de um país parceiro mediante determinadas condições.	Transferência direta de ajuda da UE para o tesouro público de um país parceiro, mediante determinadas condições, para a prossecução de objetivos e reformas específicos acordados através de diálogo.

Apuramento das contas		Processo anual pelo qual, após verificações, a Comissão aceita os montantes dos pedidos de pagamento realizados pelos organismos e parceiros de execução.	Processo anual pelo qual a Comissão aceita os montantes dos pedidos de pagamento realizados pelos organismos e parceiros que executam as despesas da UE, na sequência de verificações sobre a elegibilidade das ações financiadas e a integralidade e exatidão das contas apresentadas.
Apuramento de conformidade		Processo pelo qual a Comissão verifica se um Estado-Membro utilizou de forma correta os fundos agrícolas à sua disposição e se executou eficazmente os seus sistemas de gestão e controlo. Em caso de infração, o procedimento pode resultar na obrigação de o Estado-Membro realizar um reembolso.	Processo pelo qual a Comissão verifica, essencialmente através de controlos no local, se um Estado-Membro utilizou de forma correta os fundos agrícolas à sua disposição e se executou eficazmente os seus sistemas de gestão e controlo. Se existir uma infração, a Comissão pode emitir uma decisão de conformidade que obriga o Estado-Membro a realizar um reembolso ao orçamento da UE.
Autoridade de auditoria	AA	Entidade nacional independente responsável pela auditoria dos sistemas e das operações de um programa de despesas da UE.	Entidade nacional independente responsável pela auditoria dos sistemas e das operações de um programa de despesas da UE. Além de comunicar informações às autoridades de gestão e de certificação, apresenta um relatório anual à Comissão sobre o funcionamento dos sistemas de gestão e de controlo e sobre a legalidade e regularidade das despesas certificadas.
Autoridade de certificação		Organismo designado por um Estado-Membro para certificar a exatidão e conformidade das declarações de despesas e dos pedidos de pagamento.	No âmbito da política de coesão, refere-se a um organismo designado por um Estado-Membro para cada programa operacional a fim de certificar a exatidão e conformidade das

			declarações de despesas e dos pedidos de pagamento antes de serem enviados à Comissão Europeia.
Autoridade de gestão	AG	Entidade nacional, regional ou local (pública ou privada) designada pelo Estado-Membro para gerir um programa financiado pela UE.	Entidade nacional, regional ou local (pública ou privada) designada pelo Estado-Membro para gerir um programa financiado pela UE. As suas tarefas são selecionar os projetos a financiar, acompanhar a execução e comunicar informações à Comissão sobre os aspetos financeiros e os resultados obtidos, além de fazer recuperações e correções quando são identificados erros.
Autoridade orçamental		Termo utilizado para fazer referência ao Parlamento Europeu e ao Conselho da União Europeia no exercício dos seus poderes de decisão em matérias orçamentais da UE.	
Autorização		Montante reservado no orçamento para financiar uma despesa específica, por exemplo um contrato ou convenção de subvenção. Uma autorização tem de ter subjacente uma dotação de autorização.	
Auxílios estatais		Apoio direto ou indireto do Estado a uma empresa ou organização que a coloca numa situação de vantagem em relação aos seus concorrentes.	Apoio direto ou indireto do Estado a uma empresa ou organização que a coloca numa situação de vantagem em relação aos seus concorrentes. A UE tem regras que regem os auxílios estatais a fim de evitar distorções do mercado interno.

			A Comissão é a responsável por supervisionar o cumprimento destas regras.
Auxílios estatais <i>de minimis</i>		Montante de auxílios estatais abaixo do qual não é necessária a aprovação da Comissão.	
Avaliação <i>ex post</i>		Avaliação independente da eficácia, eficiência, coerência, pertinência e valor acrescentado da UE quanto a um projeto ou programa concluído.	
Beneficiário		Pessoa singular ou coletiva que recebe uma subvenção ou empréstimo proveniente do orçamento da UE.	
Boa gestão financeira		Gestão de recursos em conformidade com os princípios da economia, da eficiência e da eficácia.	Gestão de recursos em conformidade com os princípios da economia, da eficiência e da eficácia. No contexto da UE, estes princípios encontram-se definidos no Regulamento Financeiro.
Capacidade corretiva		Medida utilizada pela Comissão ao estimar o nível das futuras correções.	
Comité de Coordenação dos Fundos	COCOF	Antigo comité da Comissão com mandato para debater a aplicação dos regulamentos que regem os fundos estruturais e de investimento (FEEI).	Antigo comité da Comissão com mandato para debater a aplicação dos regulamentos que regem os fundos estruturais e de investimento (FEEI). No período de programação de 2014-2020, foi substituído pelo Comité de Coordenação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

Comité de Coordenação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento		Comité da Comissão com mandato para debater a aplicação dos regulamentos que regem os fundos estruturais e de investimento (FEEI).	Comité da Comissão com mandato para debater a aplicação dos regulamentos que regem os fundos estruturais e de investimento (FEEI). Substituiu o Comité de Coordenação dos Fundos (COCOF) no período de programação de 2014-2020.
Condicionalidade		Mecanismo pelo qual os pagamentos aos agricultores são dependentes do cumprimento dos requisitos em matéria de ambiente, de segurança dos alimentos, de saúde e bem-estar animal e de gestão dos solos.	
Contas consolidadas		Contas agregadas de todas as instituições, agências e organismos da UE, apresentadas num único documento.	Contas agregadas de todas as instituições, agências e organismos da UE, apresentadas num único documento, após a compensação de todos os valores pagos ou devidos entre si.
Contratação pública		Aquisição de produtos, serviços e obras por organismos de direito público através de procedimentos abertos e concorrenciais tendo em vista a qualidade e uma boa relação custo-benefício.	
Custos indiretos		Despesas, por exemplo despesas gerais ou outros custos administrativos, suportadas por um beneficiário em relação a um projeto ou ação da UE.	Despesas, por exemplo despesas gerais ou outros custos administrativos, suportadas por um beneficiário em relação a um projeto ou ação da UE e que não estão especificamente atribuídas, mas antes distribuídas com base em pressupostos apropriados.

Declaração de fiabilidade	DAS (<i>Déclaration d'assurance</i> , em francês)	Declaração publicada no relatório anual do Tribunal de Contas Europeu que apresenta a sua opinião de auditoria sobre a fiabilidade das contas da UE e a regularidade das operações a elas subjacentes.	
Desempenho		Medida do grau em que uma ação, projeto ou programa financiado pela UE cumpriu os seus objetivos e proporciona uma boa relação custo-benefício.	Medida do grau em que uma ação, projeto ou programa financiado pela UE cumpriu os seus objetivos e proporciona uma boa relação custo-benefício. Por vezes é designado por boa gestão financeira, abrangendo a economia, a eficiência e a eficácia.
Destinatário (final)		Pessoa singular ou coletiva que recebe uma subvenção ou empréstimo proveniente do orçamento da UE ou que em última instância beneficia de uma atividade financiada pela UE.	Pessoa singular ou coletiva que recebe um empréstimo, garantia ou investimento proveniente do orçamento da UE ou que em última instância beneficia de uma atividade financiada pela UE (por exemplo ao frequentar um curso de formação).
Direito ao pagamento		Direito transferível que habilita um agricultor ativo a receber apoio da UE quando declarado em conjunto com terras agrícolas elegíveis.	
Dotação		O orçamento da UE é constituído por dotações de autorização e de pagamento. Uma dotação de autorização é um compromisso para a concessão de financiamento sob determinadas condições. Uma dotação de pagamento é uma autorização para	

		realizar um pagamento quando estiverem reunidas as condições correspondentes.	
Dotação de autorização		Limite máximo anual dos montantes disponíveis no orçamento da UE para financiar despesas específicas.	
Dotação de pagamento		Autorização para realizar um pagamento quando estiverem reunidas as condições correspondentes.	
Ecologização		Regime de apoio da UE a práticas agrícolas que beneficiam o clima e o ambiente.	Regime de apoio da UE a práticas agrícolas que beneficiam o clima e o ambiente. Estão disponíveis pagamentos adicionais para os agricultores que diversifiquem as culturas, mantenham prados permanentes e criem superfícies de interesse ecológico.
Encerramento/encerramento parcial		Liquidação financeira da totalidade ou de parte de um programa da UE mediante o pagamento do saldo devido ou da recuperação de fundos a um Estado-Membro.	Liquidação financeira da totalidade ou de parte de um programa da UE mediante o pagamento do saldo devido ou da recuperação de fundos a um Estado-Membro. O encerramento parcial ocorre no final do período de retenção da documentação justificativa relativa às declarações de despesa anuais, enquanto o encerramento é a última fase do ciclo de vida de um programa operacional.
Erro		Resultado de um cálculo incorreto ou de uma irregularidade resultante do incumprimento dos requisitos legais e contratuais.	

Estratégia Europa 2020		Estratégia de dez anos da União Europeia, lançada em 2010, para estimular o crescimento e criar empregos.	
Fundo de Coesão	FC	Fundo da UE que visa reduzir as disparidades económicas e sociais na União através do financiamento de investimentos nos Estados -Membros em que o rendimento nacional bruto <i>per capita</i> é inferior a 90% da média da UE.	
Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural	FEADER	Fundo da UE que financia a contribuição da União para os programas de desenvolvimento rural.	
Fundo Europeu Agrícola de Garantia	FEAGA	Fundo da UE que financia pagamentos diretos aos agricultores e medidas de regulamentação ou de apoio aos mercados agrícolas.	
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional		Fundo da UE que reforça a coesão económica e social na União através do financiamento de investimentos que reduzam os desequilíbrios entre as suas regiões.	
Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas	FEAMP	Fundo da UE que ajuda os pescadores na transição para uma atividade piscatória sustentável e as comunidades costeiras na diversificação das suas economias.	
Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos	FEIE	Mecanismo de apoio ao investimento lançado pelo Banco Europeu de Investimento (BEI) e pela Comissão para angariar investimento privado para projetos de importância estratégica	

		para a UE. Também conhecido como "Plano Juncker", encontra-se agora integrado no grupo BEI.	
Fundo Social Europeu	FSE	Fundo da UE para criar oportunidades de formação e emprego e melhorar a situação das pessoas em risco de pobreza.	
Fundos Europeus Estruturais e de Investimento	FEEI	Cinco principais fundos da UE que, em conjunto, apoiam o desenvolvimento económico em toda a União.	Cinco principais fundos da UE que, em conjunto, apoiam o desenvolvimento económico em toda a União: o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu, o Fundo de Coesão, o Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural e o Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas. Regem-se por um conjunto de regras comuns.
Geminação		Ligação de uma autoridade pública de um país parceiro a uma autoridade análoga num Estado-Membro da UE para a prestação de aconselhamento e apoio sobre um assunto específico, ajudando assim a criar capacidades administrativas.	
Gestão direta		Gestão de um fundo ou programa da UE apenas pela Comissão, ao contrário da gestão partilhada ou da gestão indireta.	Gestão de um fundo ou programa da UE (incluindo a seleção de contratantes, a concessão de subvenções, os pagamentos, o acompanhamento, etc.) apenas pela Comissão, ao contrário da gestão partilhada ou da gestão indireta.

Gestão indireta		Método de execução do orçamento da UE em que a Comissão confia as tarefas em causa a outras entidades, tais como países terceiros ou organizações internacionais.	Método de execução do orçamento da UE em que a Comissão confia as tarefas em causa a outras entidades, tais como países terceiros, organizações internacionais ou o grupo Banco Europeu de Investimento. A entidade mandatada deve respeitar os princípios da boa gestão financeira, da transparência e da não discriminação. A Comissão é responsável pela supervisão dessas entidades, bem como por aprovar as contas e por excluir do financiamento da UE as despesas que não cumpram as regras aplicáveis.
Gestão partilhada		Método de execução do orçamento da UE em que, por oposição à gestão direta, a Comissão a delega nos Estados-Membros, embora continue a assumir a responsabilidade final.	Método de execução do orçamento da UE em que, por oposição à gestão direta, a Comissão a delega nos Estados-Membros, embora continue a assumir a responsabilidade final. O Estado-Membro canaliza fundos para os beneficiários e é o principal responsável pela criação de um sistema de gestão e controlo fiável para evitar, identificar e corrigir irregularidades.
Gestor orçamental		Pessoa responsável pela execução das receitas e despesas de um organismo da UE.	Pessoa responsável pela execução das receitas e despesas de um organismo da UE em conformidade com o Regulamento Financeiro e os princípios da boa gestão financeira e por assegurar o cumprimento dos requisitos de legalidade e regularidade.

Grande projeto		Projeto financiado pela UE com um custo total elegível superior a 50 milhões de euros num setor como, por exemplo, os transportes, o ambiente ou a energia.	Projeto financiado pela UE com um custo total elegível superior a 50 milhões de euros num setor como, por exemplo, os transportes, o ambiente ou a energia. Os grandes projetos estão sujeitos à aprovação da Comissão, após uma análise específica.
Impacto		Consequências a longo prazo de um projeto ou programa concluído a nível socioeconómico, ambiental ou financeiro.	
Imposto sobre o Valor Acrescentado	IVA	Imposto indireto sobre o consumo aplicado à produção e distribuição de bens e à prestação de serviços e que é em última instância suportado pelo consumidor final.	Imposto indireto sobre o consumo aplicado à produção e distribuição de bens e à prestação de serviços e que é em última instância suportado pelo consumidor final. Trata-se de um imposto incremental cobrado em cada fase da cadeia de abastecimento (desde a produção até ao ponto de venda) pelas empresas, empresários individuais e outros profissionais (designados por sujeitos passivos) cujo volume de negócios seja superior a determinado montante. Os sujeitos passivos cobram e pagam o IVA às autoridades fiscais após dedução do IVA recuperável, ou seja, o montante que já pagaram sobre as suas próprias aquisições.
Instrumento financeiro		Apoio financeiro proveniente do orçamento da UE sob a forma de investimentos em capitais próprios ou em quase-capital, empréstimos, garantias ou outros instrumentos de partilha dos riscos.	Apoio financeiro proveniente do orçamento da UE sob a forma de investimentos em capitais próprios ou em quase-capital, empréstimos, garantias ou outros instrumentos de partilha dos

			riscos. Estes investimentos permitem criar um efeito de alavanca sobre capital adicional e "renovar" o financiamento.
Intensidade máxima de ajuda		Montante total do apoio que pode ser concedido a um domínio de financiamento, expresso em percentagem dos custos elegíveis. Varia consoante o programa e depende de fatores como a localização geográfica.	
Intermediário financeiro		Entidade que age como elo de ligação entre o gestor de fundos de um instrumento financeiro e os beneficiários finais.	
Intervalo de confiança		Medida estatística da precisão dos resultados da amostragem utilizada ao estimar uma taxa de erro.	Medida estatística da precisão dos resultados da amostragem utilizada ao estimar uma taxa de erro, representando a probabilidade de que o verdadeiro valor do erro se situe dentro de um determinado intervalo.
Investimento em capitais próprios		Montante investido em ações de uma sociedade em troca de direitos de propriedade e de uma percentagem dos lucros.	
Irregularidade		Incumprimento das regras ou obrigações contratuais da UE ou nacionais aplicáveis.	Ação ou omissão, deliberada ou não, que origina o incumprimento das regras ou obrigações contratuais da UE ou nacionais aplicáveis e que tem um potencial impacto negativo sobre os interesses financeiros da UE.

IVA recuperável		Montante de IVA que um sujeito passivo pode deduzir ao IVA devido às autoridades fiscais em virtude de já o ter pago sobre as suas próprias aquisições de bens e serviços.	
Legalidade e regularidade/regularidade		Conformidade com as leis ou obrigações contratuais da UE ou nacionais aplicáveis.	
Limiar de materialidade		Limite acima do qual se considera que as irregularidades identificadas numa população auditada ou num conjunto de demonstrações financeiras têm impacto na exatidão e fiabilidade.	Limite acima do qual se considera que as irregularidades identificadas numa população auditada ou num conjunto de demonstrações financeiras têm impacto na exatidão e fiabilidade. Nas opiniões relativas à declaração de fiabilidade, o Tribunal de Contas Europeu aplica um limiar de materialidade de 2%.
Medidas de mercado		Intervenção pública nos mercados agrícolas para atenuar os efeitos das quedas dos preços e de dificuldades estruturais através de apoio setorial específico (por exemplo, às frutas e produtos hortícolas, ao vinho ou ao leite nas escolas).	
Nível de erro estimado		Estimativa estatística do nível de erro que afeta uma população, com base em testes a uma amostra de operações representativa.	Estimativa estatística, expressa em percentagem, do nível de erro que afeta uma população num determinado ano, com base em testes a uma amostra de operações representativa.

Normas internacionais de auditoria (<i>International Standards on Auditing</i>)	ISA	Normas profissionais que definem as atribuições e responsabilidades dos auditores independentes.	
Opção de custos simplificada	OCS	Método para determinar o montante de uma subvenção através, por exemplo, de custos unitários normalizados, de financiamento a taxa fixa ou de montantes fixos, em lugar dos custos reais incorridos pelo beneficiário. Foi concebido para reduzir os encargos administrativos.	Método para determinar o montante de uma subvenção através, por exemplo, de custos unitários normalizados, de financiamento a taxa fixa (calculada como uma percentagem de determinados custos elegíveis) ou de montantes fixos (relativos à concretização de uma realização ou resultado específicos), em lugar dos custos reais incorridos pelo beneficiário. As OCS têm como finalidade reduzir os encargos administrativos suportados tanto pelos beneficiários como pelas autoridades de gestão.
Operação		Movimento, por exemplo um pagamento ou uma receita, registado nas contas da UE.	
Orçamento-programa		Documento redigido por um país parceiro e aprovado pela Comissão Europeia que define o trabalho de cooperação ou de desenvolvimento a executar e os recursos financeiros, humanos e materiais necessários.	

Organismo de certificação		No domínio das despesas agrícolas, refere-se a uma entidade pública ou privada designada pelo Estado-Membro para certificar a fiabilidade das contas anuais de um organismo pagador acreditado e a legalidade e regularidade das operações subjacentes.	
Organismo pagador		Entidade designada por um Estado-Membro para gerir as despesas agrícolas da UE.	Entidade designada por um Estado-Membro para gerir e controlar as ajudas diretas e as medidas de mercado no quadro das despesas agrícolas da UE.
Pagamento intermédio		Os projetos ou programas da UE implicam frequentemente múltiplos pagamentos: adiantamentos, pagamentos intermédios e pagamentos finais. Os beneficiários requerem pagamentos intermédios ao alcançar uma etapa intermédia indicada no contrato ou convenção de subvenção.	
Passivo contingente		Obrigação de pagamento potencial que pode vir a ser suportada consoante os resultados de um acontecimento futuro.	
Pedido de ajuda geoespacial	PAG	Ferramenta <i>online</i> para a apresentação de pedidos de ajuda "superfície" de apoio à agricultura.	Ferramenta <i>online</i> que permite aos agricultores apresentarem pedidos de ajuda "superfície" através de uma interface que

			incorpora os dados geográficos e alfanuméricos das superfícies declaradas.
Pequenas e Médias Empresas	PME	Definição referente à dimensão aplicada a empresas e outras organizações com base no número de trabalhadores e em determinados critérios financeiros.	Definição referente à dimensão aplicada a empresas e outras organizações com base no número de trabalhadores e em determinados critérios financeiros. As pequenas empresas têm menos de 50 trabalhadores e um volume de negócios ou um balanço total não superior a 10 milhões de euros. As médias empresas têm menos de 250 empregados e um volume de negócios não superior a 50 milhões de euros ou um balanço total não superior a 43 milhões de euros.
Período de programação		Prazo durante o qual um programa de despesas da UE é planeado e executado.	Prazo durante o qual um programa de despesas da UE é planeado e executado. Normalmente é mais longo do que o quadro financeiro plurianual correspondente, pois as contas são encerradas alguns anos mais tarde.
Política Agrícola Comum	PAC	Política da UE que inclui subsídios e uma gama de outras medidas concebidas para garantir a segurança alimentar, assegurar um nível de vida equitativo aos agricultores da UE, promover o desenvolvimento rural e proteger o ambiente.	Política da UE que inclui subsídios e uma gama de outras medidas concebidas para garantir a segurança alimentar, assegurar um nível de vida equitativo aos agricultores da UE, promover o desenvolvimento rural e proteger o ambiente. Introduzida em 1962, a PAC foi desde então sujeita a várias reformas importantes.

Prados permanentes		Terras agrícolas consagradas ao cultivo de erva ou outras forrageiras herbáceas por mais de cinco anos consecutivos.	Terras agrícolas consagradas ao cultivo de erva ou outras forrageiras herbáceas (espontâneas ou semeadas) por mais de cinco anos consecutivos fora do sistema de rotação da exploração agrícola.
Pré-financiamento		Adiantamento em dinheiro para financiar determinadas atividades num dado período.	Adiantamento em dinheiro a um beneficiário para os fins e no período definido no contrato, decisão, acordo ou ato jurídico de base subjacente.
Procedimento de infração		Ação judicial iniciada pela Comissão contra um Estado-Membro que não cumpra as suas obrigações ao abrigo da legislação da UE.	Ação judicial iniciada pela Comissão contra um Estado-Membro que não cumpra as suas obrigações ao abrigo da legislação da UE, por exemplo ao não transpor corretamente as disposições de uma diretiva ou ao não corrigir uma suspeita de incumprimento. Se um país não tomar as medidas necessárias, a Comissão pode remeter a questão para o Tribunal de Justiça da União Europeia, ao qual pode pedir para impor sanções.
Programa operacional	PO	Quadro de base para a execução de projetos de coesão financiados pela UE durante um determinado período, refletindo as prioridades e objetivos estabelecidos nos acordos de parceria entre a Comissão e os Estados-Membros.	Quadro de base para a execução de projetos de coesão financiados pela UE durante um determinado período, refletindo as prioridades e objetivos estabelecidos nos acordos de parceria entre a Comissão e os Estados-Membros. Os programas operacionais são específicos a cada Estado-Membro e/ou região e podem ser financiados por um ou mais fundos da UE.

Projeto de orçamento retificativo		Proposta apresentada pela Comissão para modificar o orçamento da UE no decurso da execução.	
Provisão		Termo contabilístico para a melhor estimativa de um provável passivo futuro de tempestividade ou quantia incertas que é registado no balanço.	
Quadro financeiro plurianual	QFP	Plano de despesas da UE que fixa as prioridades (com base nos objetivos das políticas) e os limites máximos, geralmente para um período de sete anos.	Plano de despesas da UE que fixa as prioridades (com base nos objetivos das políticas) e os limites máximos, organizado em seis rubricas diferentes e geralmente para um período de sete anos. Proporciona o quadro dentro do qual são definidos os orçamentos anuais da UE, limitando as despesas de cada categoria. O QFP atual abrange o período de 2014-2020.
Quitação		Decisão anual tomada pelo Parlamento Europeu que dá à Comissão a aprovação final pela forma como executou o orçamento.	Decisão tomada pelo Parlamento Europeu, com base numa recomendação do Conselho e no Relatório Anual e na declaração de fiabilidade do Tribunal de Contas Europeu, que dá à Comissão a aprovação final pela forma como executou o orçamento.
Realização		Algo produzido ou alcançado por um projeto.	Algo produzido ou alcançado por um projeto financiado pela UE, por exemplo cursos de formação ministrados, número de estações de tratamento de águas residuais construídas, quilómetros de estradas construídas.

Receitas afetadas		Fundos pagos ao orçamento da UE (por exemplo, multas e correções e contribuições de países terceiros para programas de investigação) que só podem ser utilizados para uma finalidade específica.	Fundos pagos ao orçamento da UE (por exemplo, multas e correções e contribuições de países terceiros para programas de investigação) que só podem ser utilizados para uma finalidade específica. As receitas afetadas são uma exceção ao princípio orçamental de que todas as receitas podem ser utilizadas para financiar indistintamente qualquer despesa.
Recurso		Meios financeiros, humanos, materiais, administrativos ou regulamentares utilizados para a execução de um projeto ou programa.	
Recursos próprios		Fundos utilizados para financiar o orçamento da UE, a grande maioria dos quais provenientes de contribuições dos Estados-Membros.	Fundos utilizados para financiar o orçamento da UE, a grande maioria dos quais provenientes de contribuições dos Estados-Membros com base no IVA, no RNB e nos direitos aduaneiros sobre as importações.
Recursos próprios tradicionais	RPT	Receitas da UE cobradas a partir dos direitos aduaneiros e das quotizações sobre o açúcar.	Receitas da UE cobradas pelos Estados-Membros a partir dos direitos aduaneiros sobre as importações e as quotizações sobre o açúcar pagas pelos produtores de açúcar. Os Estados-Membros retêm 20% destas receitas para compensar as despesas de cobrança.
Regime de pagamento de base	RPB	Regime da UE no domínio agrícola que realiza pagamentos aos agricultores com base na superfície elegível.	Regime da UE no domínio agrícola que realiza pagamentos aos agricultores com base em direitos relacionados com a superfície das suas terras elegíveis.

Regime de pagamento único por superfície	RPUS	Regime de pagamentos agrícolas por superfície aplicado em dez Estados-Membros a título transitório.	Regime de pagamentos agrícolas por superfície aplicado em dez Estados-Membros a título transitório ao abrigo do qual os agricultores recebem um montante de ajuda normalizado por hectare. Todos os outros Estados-Membros aplicam o regime de pagamento de base.
Regulamento Financeiro		Regras que regem a forma como se estabelece e utiliza o orçamento da UE.	Regras que regem a forma como se estabelece e utiliza o orçamento da UE e os processos associados, tais como o controlo interno, a comunicação de informações, a auditoria e a quitação.
Relatório Anual de Atividades	RAA	Relatório elaborado por cada Direção-Geral da Comissão e agência de execução que descreve o seu desempenho em relação aos objetivos e de que forma aplicou os seus recursos humanos e financeiros.	Relatório de gestão interno enviado aos Comissários pelo Diretor-Geral de cada DG da Comissão. Cada RAA abrange a gestão e o controlo interno da DG em causa, bem como o seu desempenho em relação aos principais objetivos e atividades identificados no respetivo plano de gestão. Contém uma declaração do Diretor-Geral ou chefe de serviço responsável sobre a fiabilidade das informações financeiras, a qualidade da gestão financeira e a adequação dos procedimentos de controlo.
Rendimento Nacional Bruto	RNB	Indicador padronizado da riqueza de um país, com base nos rendimentos provenientes de fontes nacionais, tanto internas como no estrangeiro.	Indicador padronizado da riqueza de um país, com base nos rendimentos provenientes de fontes nacionais, tanto internas como no estrangeiro. A UE utiliza o RNB para determinar o limite máximo dos pagamentos da União num determinado

			ano. As contribuições dos Estados-Membros para as receitas da UE são, em grande medida, determinadas pela sua quota-parte do RNB da União.
Reserva de desempenho		Montante do orçamento atribuído às despesas dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento que é retido até ao cumprimento de determinadas metas.	
Reservas (nos Relatórios Anuais de Atividades)		Insuficiências assinaladas por um diretor-geral na declaração de fiabilidade apresentada no Relatório Anual de Atividades.	Estes relatórios incluem uma declaração do diretor-geral sobre a fiabilidade das informações financeiras, a boa gestão financeira dos recursos e a adequação dos procedimentos de controlo. Todas as insuficiências materiais que possam ter impacto sobre a regularidade das operações subjacentes serão refletidas nas reservas.
Resultado		Efeito imediato de um projeto ou programa após a sua conclusão.	Efeito imediato de um projeto ou programa após a sua conclusão, por exemplo o aumento da empregabilidade dos participantes nos cursos ou a melhoria da acessibilidade na sequência da construção de uma nova estrada.
Resultado económico		Resultado do exercício, tal como apresentado nas contas consolidadas da UE, que representa a diferença entre as receitas e as despesas.	

Risco residual cumulativo		Despesas que permanecem irregulares no final de um período de programação, depois de tomadas todas as medidas corretivas.	
Sistema de identificação das parcelas agrícolas	SIPA	Base de dados das terras agrícolas dos Estados-Membros, utilizada para o pagamento das ajudas diretas no âmbito da Política Agrícola Comum e para os controlos de elegibilidade sobre os pedidos de ajuda dos agricultores.	
Sistema integrado de gestão e de controlo	SIGC	Sistema da UE utilizado pelos Estados-Membros para gerir e controlar os pagamentos aos agricultores realizados no âmbito da Política Agrícola Comum.	Sistema da UE utilizado pelos Estados-Membros para gerir e controlar os pagamentos aos agricultores realizados no âmbito da Política Agrícola Comum. Inclui bases de dados interligadas com dados sobre os agricultores, as terras agrícolas e os animais.
Subvenção		Pagamento não reembolsável a partir do orçamento da UE realizado a um beneficiário pela execução de um projeto ou programa elegível.	
Taxa de desembolso		Percentagem do total de fundos pagos a partir de um instrumento financeiro aos destinatários finais.	
Taxa de erro representativa		Estimativa estatística do erro que afeta uma população, com base em testes a uma amostra de operações representativa constituída a partir dessa população	

Taxa de erro residual/taxa de erro residual total/taxa de risco residual	TER/TERT/TRR	Proporção de uma população que não é considerada normal após ter em conta o efeito de todos os procedimentos de controlo, recuperações e correções.	
Trabalho de certificação		Procedimento em que um auditor apresenta uma conclusão baseada em provas suficientes, pertinentes e fiáveis obtidas através de trabalhos de auditoria, informações financeiras, outros dados ou declarações específicas elaboradas pela entidade auditada.	Procedimento em que um auditor apresenta uma conclusão baseada em provas suficientes, pertinentes e fiáveis obtidas através de um trabalho de auditoria apropriado, informações financeiras, outros dados ou declarações específicas elaboradas pela entidade auditada. Na sua declaração de fiabilidade, o Tribunal apresenta uma conclusão sobre a fiabilidade das demonstrações financeiras elaboradas pela Comissão.
Transição (de dotações)		Transferência, sob determinadas condições, de dotações orçamentais não utilizadas de um exercício para o seguinte.	